



**PRIMEIRO  
MINISTRO**

**PALESTRA DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO DA  
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE, KAY RALA XANANA  
GUSMÃO, NA FACULDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS LEE KUAN  
YEW SCHOOL, NA UNIVERSIDADE NACIONAL DE SINGAPURA**

**CONSTRUÇÃO DA PAZ E CONSTRUÇÃO DO ESTADO: DA  
FRAGILIDADE À SOLIDEZ**

**Singapura**

**4 de Junho de 2013**

Exmo. Professor Jeffrey Straussman, Vice-Reitor da Faculdade de Políticas Públicas  
Lee Kuan Yew

Excelências,  
Senhoras e senhores,

Hoje gostaria de partilhar convosco uma reflexão sobre a experiência timorense – a nossa transição difícil, porém bem-sucedida, do conflito para o desenvolvimento, da fragilidade para a resiliência.

Mas antes disso quero agradecer a todos vós por estarem hoje aqui presentes e à Faculdade de Políticas Públicas Lee Kuan Yew por organizar este evento.

É uma grande honra poder dirigir-me a uma audiência tão distinta numa universidade tão prestigiada como é a Universidade Nacional de Singapura.

Senhoras e senhores,

A luta do povo timorense pela autodeterminação e pela liberdade deixou as páginas da nossa história marcadas com sangue, porém estas páginas ilustram igualmente feitos heróicos e actos comoventes de sacrifício, sendo que no último capítulo Timor-Leste concretiza o sonho de ser uma nação independente.

Outros países espalhados pelo mundo têm histórias semelhantes. Sabemos que não somos a única nação a trabalhar na construção da paz e na construção do Estado depois de um longo período de conflito.

Por exemplo, Timor-Leste é apenas um de quarenta e nove países que as Nações Unidas chamam de “Países Menos Desenvolvidos”.

Somos um dos trinta países rotulados pelo Banco Mundial como “Estados Frágeis”.

Somos também um de dezoito países que se uniram para formar um grupo – conhecido como ‘g7+’ – que visa monitorizar, reportar e chamar a atenção para os desafios específicos enfrentados por estados frágeis.

E sabemos que no mundo inteiro existem cerca de 1,5 mil milhões de pessoas a viver em situação de pobreza extrema.

Assim sendo, não estamos sós, porém sabemos igualmente que a nossa história é única, assim como a história de Singapura também é única.

À medida que ouvem a nossa história de luta, de triunfo, de transição e de crescimento, peço-vos que escutem com mente aberta e que compreendam que não estou a defender qualquer tipo de modelo que possa ser considerado como a receita para processos bem-sucedidos.

Os programas de desenvolvimento precisam de ser adaptados ao contexto cultural, social e económico de cada sociedade, uma vez que, como costume dizer, os processos democráticos precisam também de ter em conta os contextos de cada

realidade. Precisam de dar resposta às necessidades e aspirações das populações locais e ser aceites por estas. Os programas precisam de “pertencer aos países e de ser liderados pelos países”.

O ignorar das realidades locais é muitas vezes a razão pela qual a assistência internacional a Países Menos Desenvolvidos em fase de transição acaba por falhar.

Senhoras e senhores,

É por esta razão que quero partilhar com vocês, de forma sucinta, a jornada de Timor-Leste. Foi uma jornada longa e difícil, desde os tempos coloniais e da ocupação até à construção da paz e à construção do Estado: desde a fragilidade até à resiliência.

Timor-Leste ocupa metade de uma ilha, com a outra metade a pertencer à Indonésia. Durante mais de quatro séculos fomos administrados como uma colónia de Portugal. No dia 28 de Novembro de 1975, um ano após a revolução portuguesa, declarámos unilateralmente a nossa independência. Nove dias depois fomos invadidos.

Singapura foi uma das muito poucas nações que tiveram coragem para denunciar a invasão. Foi este tipo de apoio que nos inspirou e que nos deu a força necessária.

Durante 24 anos, persistimos numa resistência de guerrilha à ocupação militar. O nosso povo sofreu e passou por todos os tipos de sacrifício, porém soubemos apegar-nos ao nosso sonho de liberdade. Quando no dia 30 de Agosto de 1999 nos foi permitido votar em referendo, ainda que num clima de violência, o povo votou de forma esmagadora pela independência – porém este resultado trouxe mais mortes e mais destruição por todo o país.

Senhoras e senhores,

A partir de finais de 1999 ficámos sobre a administração das Nações Unidas, as quais, com o apoio da comunidade internacional, nos ajudaram a construir do zero os alicerces das instituições democráticas do novo Estado.

Por fim, a 20 de Maio de 2002 tornámo-nos senhores do nosso destino e a República Democrática de Timor-Leste renasceu como uma nação independente e soberana.

Apesar de termos alcançado a nossa independência, não possuíamos um aparelho de um Estado.

Não tínhamos qualquer experiência em administrar um governo e tínhamos falta de recursos humanos e de verbas. Carecíamos igualmente de infra-estruturas básicas necessárias para operar uma economia produtiva ou para dar resposta às necessidades essenciais do nosso povo.

Não obstante isto, o nosso povo tinha expectativas elevadas. Muitos acreditavam que a liberdade significaria o fim do sofrimento. Após tanta luta o nosso povo queria melhores condições de vida – e queria-as imediatamente.

Para uma família que luta tanto em tempo de guerra como em tempo de paz e que vive

em condições básicas sem acesso a saúde, educação e outros serviços, a democracia só pode ser um conceito abstracto, mas as famílias exigem respostas correctas a necessidades concretas.

A verdade é que não existem atalhos para consolidar a democracia e o desenvolvimento. É necessário percorrer um caminho longo e difícil para mudar as mentes da sociedade, dar significado aos nossos valores e mudar as experiências de cada cidadão, levando em conta que o povo carrega ainda as marcas de um longo conflito.

Nos nossos primeiros anos, os desafios enfrentados eram enormes e as expectativas eram tão altas que resultaram em situações de intolerância política e social.

O nosso amado país foi apanhado num ciclo de violência, com conflitos a irromperem a cada dois anos. Estavam reunidos os ingredientes para uma grave crise política em 2006, que conduziu a confrontos entre polícia e forças armadas, abrindo caminho a centenas de milhares de deslocados internos.

No entanto, soubemos unir-nos e aprendemos a nossa primeira grande lição com esta crise: precisávamos urgentemente de dar resposta à fragilidade do nosso Estado e abordar as causas subjacentes aos nossos problemas.

Tivemos de encorajar as instituições estatais a cooperar e a trabalhar juntas na procura de soluções, ao invés de incidirem em velhas rivalidades e nas dimensões políticas de cada situação.

Concentrámos os nossos esforços no estabelecimento da paz e da estabilidade, bem como na resolução dos problemas mais vitais do nosso país, sabendo que sem resolver o problema da estabilidade e da segurança interna qualquer esforço de desenvolvimento seria em vão.

Graças ao diálogo constante e à cooperação genuína entre todos os órgãos do Estado e a sociedade civil, juntamente com a introdução de medidas de justiça social e reforma governamental, conseguimos quebrar o ciclo de conflitos.

A partir daqui encetámos um novo processo – o da construção da paz e da construção do Estado.

Quando começaram a entrar receitas provenientes das reservas de petróleo no Mar de Timor, quisemos assegurar que tínhamos sistemas estabelecidos para dar resposta às necessidades urgentes de hoje sem com isso comprometer os rendimentos para as gerações futuras. Deste modo estabelecemos um Fundo Petrolífero, que passou dos 1,8 mil milhões de dólares em 2007 (o ano da instabilidade) para mais de 13 mil milhões actualmente.

Fomos o primeiro país da Ásia e o terceiro no mundo inteiro a cumprir com a ITIE (Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas), o que significa que cada dólar proveniente das receitas petrolíferas é divulgado publicamente e que é feita correspondência com os registos das empresas de recursos.

Estabelecemos uma Autoridade Nacional do Petróleo, a qual emprega algumas das mulheres e dos homens com mais qualificações académicas em Timor-Leste, e é responsável por gerir e regular as actividades petrolíferas nas zonas de jurisdição exclusivas de Timor-Leste, bem como na Área de Desenvolvimento Petrolífero Conjunto com a Austrália.

Estamos a criar um sistema financeiro altamente transparente, onde qualquer pessoa em qualquer lado do mundo poderá um dia acompanhar a execução orçamental em tempo real, acompanhar o gasto das verbas de assistência, acompanhar o aprovisionamento e, mais importante ainda, acompanhar os resultados.

Investimos na capacitação do sector da segurança de modo a melhorar o profissionalismo na Polícia e nas Forças Armadas, iniciando assim uma nova etapa de cooperação e solidariedade entre ambas as instituições.

Providenciámos pensões aos nossos veteranos, aos idosos, aos inválidos, às viúvas e aos órfãos, tendo também introduzido medidas semelhantes de justiça social para outros grupos vulneráveis, tais como as mulheres, as crianças e os jovens.

Mais importante ainda, reflectimos profundamente sobre a nossa experiência recente e compreendemos que sem paz e reconciliação interna não é possível haver um desenvolvimento inclusivo.

Assim, trabalhando juntos enquanto nação, conseguimos forjar a paz. Após quebrar o ciclo de conflitos e de desfrutarmos de muitos anos de paz, pudemos avançar para uma nova fase focada no planeamento a longo prazo e na construção do Estado.

Dissemos adeus ao conflito e demos as boas-vindas ao desenvolvimento.

Senhoras e senhores,

Tendo estabelecido os alicerces da paz e da segurança pudemos começar a planear a longo prazo e entrámos numa nova fase do nosso desenvolvimento.

Em 2011 lançámos o *Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011 - 2030*, o qual fornece um quadro abrangente para transformar Timor-Leste num país com rendimentos médio-altos até 2030, com uma população saudável, instruída e a viver em segurança.

Começámos a implementar o nosso Plano e estamos já a conseguir alguns resultados notáveis.

Há muitas formas de medir o nosso progresso. Uma é através do crescimento económico, sendo que Timor-Leste tem vindo a crescer em média 11,9% ao ano desde 2007. O Fundo Monetário Internacional prevê que este nível de crescimento se mantenha nos próximos anos.

Porém sabemos igualmente que o crescimento precisa ser equilibrado e que os benefícios têm de ser partilhados de forma inclusiva. Adoptámos programas de desenvolvimento local para criar emprego e melhorar as condições de vida da

população nas áreas rurais, em especial no que diz respeito à assistência na saúde, electricidade, água e saneamento e acesso a educação e a mercados. Para além disto, começámos a construir bairros comunitários em diversos locais.

É por isto que estamos a implementar programas de grande dimensão para construir projectos de infra-estruturas em cada aldeia da nação.

O nosso crescimento económico significa também um sector privado em crescimento, o que engloba criar mais emprego para o nosso povo e pagar mais impostos para financiar a provisão de serviços públicos básicos.

O nosso progresso pode também ser medido olhando para a saúde e para a educação.

As taxas de mortalidade infantil registam uma quebra acentuada, de 83 mortes por cada 1000 nados vivos em 2003 para 43 por cada 1000 em 2009/2010. A esperança de vida aquando do nascimento aumentou também dos 59,5 anos em 2006 para os 64,6 em 2011.

No sector da educação, o número total de crianças matriculadas na escola aumentou 5% no ensino básico, 8% no ensino secundário geral e 17% no ensino secundário técnico entre 2010 e 2011.

Concluimos o maior projecto de infra-estruturas da nossa história, ao construirmos uma rede nacional de electricidade com geração e distribuição no país inteiro.

Estamos também a iniciar um programa de infra-estruturas que visa providenciar bases para o futuro económico sustentável da nação, incluindo um novo porto nacional, melhorias significativas ao aeroporto, uma rede rodoviária nacional e o desenvolvimento alargado da nossa costa sul, a fim de se tornar um centro sub-regional para a indústria petrolífera.

Estabelecemos um Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano para desenvolver os recursos humanos da nossa nação e estamos a enviar estudantes um pouco por toda a Ásia e pelo mundo de modo a que possam adquirir as qualificações necessárias para a construção do nosso Estado.

Estamos a avançar na direcção certa enquanto nação e estamos a construir o nosso Estado.

Reconhecendo o nosso progresso, a Missão das Nações Unidas deixou Timor-Leste no ano passado. Caminhamos agora pelos nossos próprios pés enquanto nação.

Estamos contentes por constatar que a retirada da Missão das Nações Unidas não teve impacto sobre o nosso progresso ou sobre a segurança no nosso país.

A nossa transição da fragilidade para a resiliência foi possível porque assumimos o controlo e as responsabilidades pelo nosso futuro.

Sabemos que temos ainda muitos desafios pela frente e que o processo de construção do Estado é um fenómeno contínuo. Porém temos um plano e estamos tão empenhados em desenvolver a nossa nação como estivemos em libertá-la.

Senhoras e senhores,

A nossa transição da fragilidade para a resiliência deu-nos também espaço para olharmos para lá das nossas margens e alargarmos o nosso envolvimento internacional.

Depois da comunidade internacional ter feito tanto para apoiar o nosso povo, queremos agora poder dar algo em troca.

Parte do nosso foco internacional está no apoio e no trabalho com outros Estados frágeis espalhados pelo mundo. Uma parte importante disto é o trabalho com o g7+, o qual constitui uma nova colaboração importante entre 18 Estados frágeis.

O grupo foi formado em 2010 para permitir a países frágeis falar a uma só voz na defesa das alterações às políticas de desenvolvimento global. Os países do 'g7+' sabem, às suas custas, que sem paz e estabilidade não é possível haver desenvolvimento. Nenhuma nação frágil ou afectada por conflitos conseguiu alcançar um só Objectivo de Desenvolvimento do Milénio.

Isto significa que não será possível erradicar a pobreza no mundo sem primeiro dar resposta às questões dos países frágeis e afectados por conflitos. É por esta razão que as nações do g7+ têm trabalhado em conjunto para garantir que a agenda de desenvolvimento pós-2015 dá resposta à necessidade de paz e estabilidade e que as perspectivas dos estados frágeis são centrais para o diálogo global.

Tal como sabem, o mundo está actualmente a finalizar o diálogo com vista a desenvolver a agenda de desenvolvimento pós-2015, para o período a seguir ao fim dos ODMs. Timor-Leste orgulha-se de ter a sua Ministra das Finanças, Emília Pires, como membro do Painel de Alto Nível que aconselhou o Secretário-Geral das Nações Unidas sobre esta agenda.

Para ajudar este trabalho, no mês de Fevereiro, Timor-Leste recebeu em Díli líderes de vários países do mundo, incluindo da Ásia-Pacífico e de África, numa Conferência Internacional sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.

Um dos resultados das nossas discussões e deliberações foi o "Consenso de Díli", o qual estabelece as nossas prioridades e esperanças para a agenda de desenvolvimento pós-2015. Um dos aspectos importantes deste documento é que refere que precisamos de estabelecer um caminho credível, responsável e realista rumo ao desenvolvimento.

Timor-Leste solicitou igualmente a adesão à ASEAN. A ASEAN tem sido uma história de sucesso a nível internacional, estabelecendo uma região de paz, cooperação e desenvolvimento. Dado que Timor-Leste faz parte do Sudeste Asiático queremos também estar na ASEAN e contribuir juntos para o crescimento, progresso social e desenvolvimento cultural da região.

Sabemos também que precisamos de trabalhar juntos em questões regionais, incluindo a gestão de ameaças transfronteiriças a nível de segurança, bem como cooperar no que se refere a assistência humanitária, auxílio a desastres, gestão ambiental e resposta às alterações climáticas.

Em Abril do presente ano, Timor-Leste teve a honra de assumir a Presidência da 69ª sessão da Comissão Económica e Social para a Ásia-Pacífico das Nações Unidas. Tenho assim o privilégio de presidir a esta sessão ao longo do próximo ano e de trabalhar com a CESAP e com as nações da Ásia-Pacífico em prol do progresso e da melhoria do desenvolvimento humano.

Entretanto, Timor-Leste está a apoiar o CAPR (Conselho Asiático para a Paz e Reconciliação), estabelecido no ano transacto em Bangucoque, e que abrange antigos Chefes de Estado, antigos membros de Governos asiáticos e académicos. O Conselho pretende facilitar o diálogo no seio das sociedades e entre nações, de forma a pôr fim a fricções e a prevenir confrontos. Timor-Leste vê com bons olhos este ideal nobre e esta missão tão meritória de ajudar a fomentar uma cultura de paz na nossa região.

Uma vez mais, todas estas contribuições fazem também parte do progresso de Timor-Leste rumo à resiliência, à medida que assumimos a nossa posição na comunidade internacional.

Senhoras e senhores,

No último mês de Maio celebrámos o décimo primeiro aniversário da nossa independência.

Tem sido um caminho longo para o nosso povo e temos ainda muito a percorrer, porém estamos a avançar na direcção certa e o futuro parece promissor.

Apelo a todos vocês que continuem a acompanhar o nosso progresso e que visitem o nosso belo país para poderem assistir pessoalmente aos feitos do nosso povo.

Obrigado pela vossa atenção.

Kay Rala Xanana Gusmão